

QUATRO DÉCADAS DE TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA DOS AÇORES

por
MÁRIO FORTUNA *

1. INTRODUÇÃO

Marcada por profundas mudanças de contexto e também por transformações promovidas internamente, a economia dos Açores alterou-se de forma profunda nas quatro décadas desde 1974. As duas primeiras décadas e meia, desde a “Revolução de Abril”, já tinham sido marcantes. Segundo Fortuna (2008) houve dois fatores fundamentais a determinar as mudanças: “a adoção de um modelo político-administrativo imbuído de um elevado grau de autonomia, com governo e parlamento próprio e; a adesão de Portugal à União Europeia, com a integração plena dos Açores num espaço económico vasto, com as obrigações e os direitos que daí advêm”.

Em 1976, a economia dos Açores passava por uma das maiores hemorragias demográficas da história do arquipélago, fomentada pela incapacidade de a transformar e pela abertura de economias em crescimento que proporcionavam melhores oportunidades de emprego e níveis de vida mais elevados (Fortuna, 2008).

A economia dos Açores era, à data, ainda muito dependente de uma agricultura e pecuária de minifúndio, quase só de subsistência, numa época que já era de globalização acelerada em mercados importantes como o dos cereais, dos laticínios, do tabaco, do açúcar e, em geral, dos demais produtos primários transformados (Fortuna, 2008).

O desfasamento de desenvolvimento para as zonas de maior proximidade era enorme, não só ao nível da formação das pessoas como também ao nível das infraestruturas e do investimento produtivo.

* Director do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores.

Em 2000, segundo Fortuna (2008), a economia dos Açores já tinha operado uma transformação considerável, mesmo que prevalecessem sinais claros de um peso elevado da sua tradição agrícola e pecuária. Mas, de uma economia dominada pela agricultura e agropecuária já se tinha passado para uma economia fortemente dependente do sector público e um sector do turismo a conquistar espaço relativo na repartição da geração de emprego e de valor acrescentado. No trabalho citado, mantém-se, ainda, que “no final do século XX a economia dos Açores continuava a passar por transformações rápidas, impulsionadas quer pelo mercado quer pela canalização de fundos públicos advindos da solidariedade nacional e da União Europeia. Estava estancada a saída de residentes por emigração, registando-se mesmo um fluxo de imigrantes, atraídos por oportunidades de trabalho, principalmente na área da construção.” Conclui-se que “De uma economia dominada pelo sector primário, na década de 70 do século XX, os Açores evoluíram para uma economia dominada por um sector público suportado por transferências externas.”

Os primeiros quinze anos do século XXI trouxeram também novas mudanças que vão reconfigurando a economia desta região.

De uma economia essencialmente agrária e relativamente atrasada, em quatro décadas, os Açores passaram a ter uma economia evoluída, baseada ainda numa componente agrícola e agro-industriais muito importantes e modernizadas mas com predominância clara dos serviços, com elevado peso do sector público mas onde o turismo assume relevância crescente. Esta evolução é indissociável de um contexto externo que, por um lado, continua a concentra na Região transferências nacionais e europeias consideráveis e, por outro, leva, a partir de 2003, à utilização líquida de crédito externo. Nos primeiros quinze anos do século XXI, a economia dos Açores está indelevelmente marcada pelo acesso a recursos externos consideráveis, na forma de transferências e na forma de crédito, muito para além do que a sua poupança interna suporta.

De uma estrutura essencialmente baseada em atividades transacionáveis (as que podem ser trocadas no mercado aberto externo) esta economia evolui para uma configuração que se vem alimentando por atividades não transacionáveis (as que se destinam essencialmente ao mercado interno), uma circunstância que, pese embora os bons resultados globais atingidos, segundo alguns indicadores de referência, evidencia as fragilidades do rumo do consumismo interno que tem vindo a ser assumido e que, neste sentido, não diferiu muito do seguido a nível nacional.

A economia dos Açores é, em muito, moldada pelas transferências do Orçamento do Estado e, em menor escala, por ajudas externas. Estas estão associadas, numa primeira fase que começa em 1979 e termina em 1992, às contrapartidas da Base das Lajes e, numa segunda fase, que começa em 1985, com as ajudas de pré-adesão, por um fluxo continuado de transferências da União Europeia. As contrapartidas da Base, da ordem dos 50 milhões de dólares anuais, chegaram a representar, em 1984 25% do orçamento regional, acumulando 284 milhões de euros ao longo de 13 anos, a preços correntes, correspondendo a metade do contributo do OE. (No mesmo período, as transferências do OE representaram 547 milhões de euros).

As transferências do OE entre 1985 e 2015, oscilaram entre os 20 e os 35% do orçamento de cada ano. As transferências da União Europeia oscilaram entre os 13 e os 18%. No agregado, oscilaram entre os 35 e os 50% do orçamento. Importa no cálculo destes valores ponderar ainda a assunção de dívida regional por parte do Governo da República, em 1998 (110 milhões de contos – cerca de 550 milhões de euros) e em 2000 (20 milhões de contos – cerca de 100 milhões de euros) e as transferências implícitas na forma como era calculado o IVA afeto aos Açores.

É linear concluir que as transferências mais importantes para o orçamento regional foram desde sempre as que originaram no orçamento nacional, num primeiro momento com base em negociações políticas *ad-oc* e, a partir de 1999, com base na Lei de Finanças das Regiões Autónomas (ver Fortuna, 2005).

No período em análise os Açores conseguiram convergir de forma clara para os níveis médios de desenvolvimento, aferido pelo PIB *per capita*, quer de Portugal quer da União Europeia. A convergência para o nível nacional é substancialmente superior à convergência para a média europeia por virtude do fraco desempenho económico do país, por um lado e, por outro, de um mais regular desempenho da EU. Em quatro décadas o PIB *per capita* dos Açores converge de uns meros 48% em 1974 (Taveira, 1976), para 94% da média nacional em 2014. Relativamente à Europa, a convergência é de 57% em 1995 para 71% em 2014. Face à Europa regista-se algum retrocesso nos últimos três anos deste período devido aos fortes constrangimentos provocados pela consolidação orçamental nacional, a partir de 2011.

Volvidos estes 40 anos, a economia dos Açores terciarizou-se, consolidou a importância do setor primário e da indústria de laticínios, associada à voca-

ção leiteira da produção primária, deu maior espaço ao turismo como vetor de diversificação da economia e viu prosperar e colapsar o setor da construção civil, afetado por uma bolha especulativa no setor imobiliário e por uma programação errática das obras públicas. Só chegados a 2015, com a revisão do modelo de transportes aéreos é que surge com alguma pujança e autossustentabilidade o setor do turismo.

Nas secções que se seguem desenvolvemos estes aspectos fundamentais da evolução da economia dos Açores. Assim, a primeira secção aborda os principais indicadores utilizados para comparar a situação relativa dos Açores entre 1974 e 2015, dando-nos uma perspectiva agregada simples e resumida dos resultados obtidos neste período, com maior enfoque no século XXI. A secção 3 analisa a evolução da estrutura da despesa pública dos açores. A forma como foi financiada a economia da Região, incluindo as transferências e o crédito, são abordadas na secção 4. A secção 5 faz a revisão da evolução dos principais setores de atividade. A secção 6 apresenta algumas reflexões sobre a evolução passada e perspectivas futuras da economia dos Açores.

2. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

Para analisar a evolução de uma economia pode recorrer-se a uma multiplicidade de indicadores, dependendo dos aspetos que se pretenda realçar. No presente trabalho pretende-se apenas sublinhar como evoluiu a economia dos Açores depois da nova fase da autonomia formatada na revolução de abril de 1974. Para este efeito optamos por analisar três variáveis fundamentais capazes de traçarem um percurso claro dos últimos tempos.

Uma é a evolução da população, fenómeno que está sempre associado à capacidade de criação de emprego e de fixação de famílias. A evolução da população é, de certa forma, um espelho dos resultados da atividade económica. Tipicamente, uma economia em desenvolvimento fomenta a imigração e fixa mais pessoas enquanto uma economia em declínio leva à emigração.

Outra será a evolução do emprego que, para além de estar associado aos comportamentos sociais de participação no mercado de trabalho, reflete também a capacidade de uma economia fomentar atividades e gerar riqueza. A evolução do emprego está, naturalmente, associada, de alguma forma, à evolução da população, embora reflita também preferências sociais.

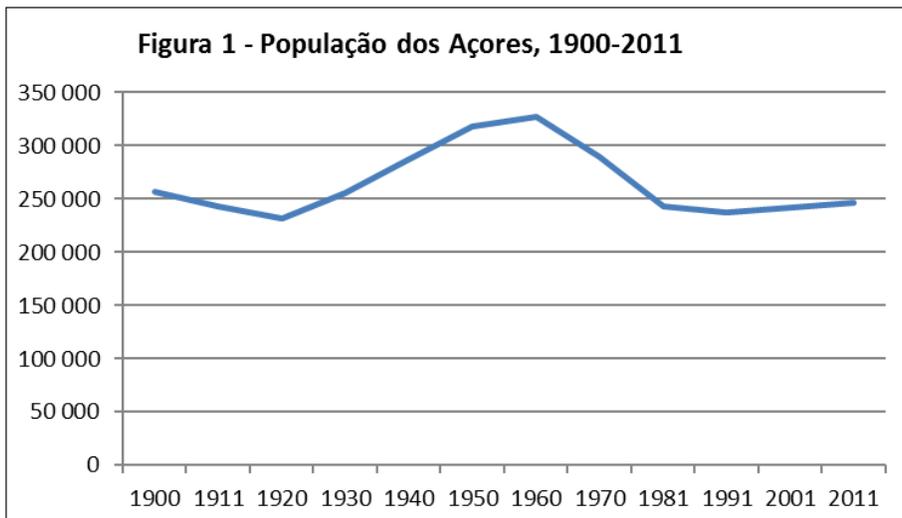
Outro conjunto de indicadores que pode ser utilizado para caracterizar uma economia reporta-se à geração de riqueza, habitualmente sintetizado no indicador do produto interno bruto – PIB e no valor acrescentado bruto – VAB. Esta mesma abordagem foi utilizada em Fortuna (2008), numa análise da economia dos Açores entre 1974 e 2000.

2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Nas suas grandes tendências, a população dos Açores situa-se, em 2011, último ano dos censos, nos 246.772 indivíduos. Este valor é semelhante ao que tinha sido atingido na primeira década do século XX e na década de setenta, também do século XX, depois de um pico populacional identificado no censo de 1960.

Com efeito, a população dos Açores tinha crescido de forma sistemática desde 1911, para começar a cair, de forma acentuada, a partir daquele pico, numa tendência que só é invertida a partir de 1990, já em pleno vigor do novo período autonómico. A inversão de tendência mantém-se até 2011.

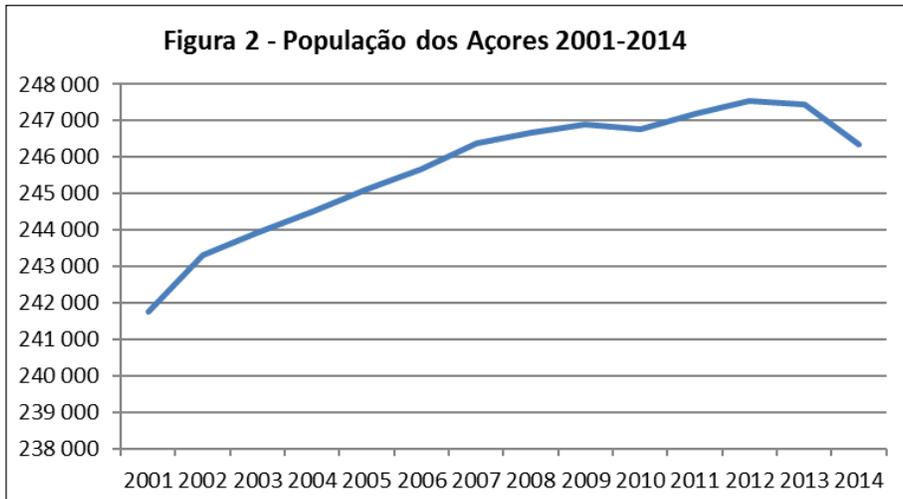
Avaliando esta grande tendência, pode concluir-se que é no novo período autonómico que se trava a autêntica hemorragia populacional a que se vinha assistindo desde o final da década de 50 do século XX. Pode argumentar-se que



foram as políticas entretanto implementadas que criaram melhores condições de vida e de trabalho, que levaram, de novo, ao incremento da população.

Com efeito, tínhamos entrado na década de 70 do século XX com uma tendência forte de redução populacional por via da emigração, reflexo da incapacidade da economia dos Açores para acompanhar a evolução económica necessária para a manutenção da população em padrões aceitáveis de qualidade de vida.

Chegados ao século XXI a tendência de crescimento da população mantém-se, até 2013. Os indícios de nova inversão em 2014 podem ser associados à crise económica iniciada em 2008. Recorde-se que a população nacional também variou com a tendência da evolução económica.

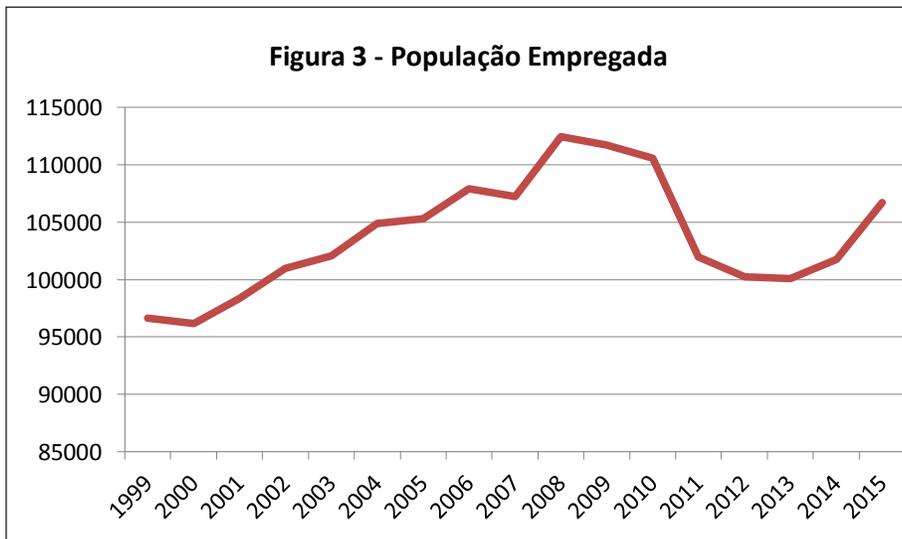


2.2. A EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DESEMPREGO

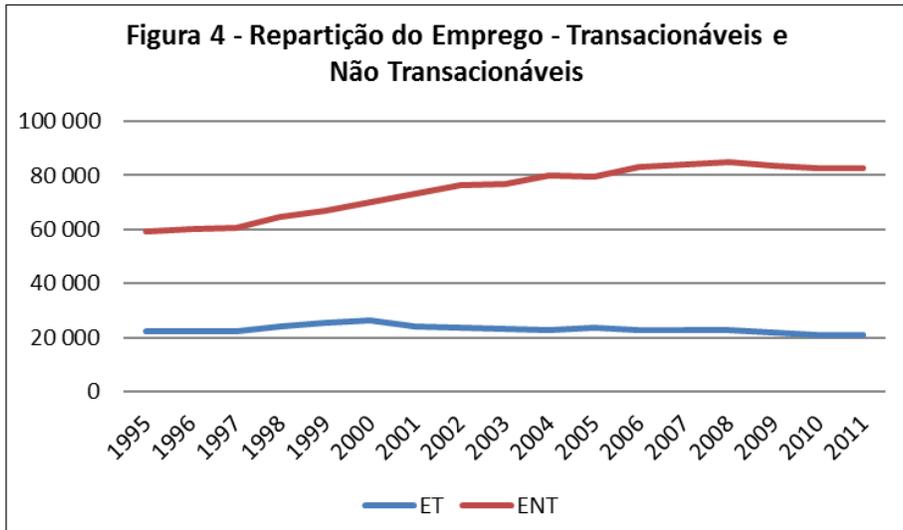
Ao longo do novo período autonómico o emprego cresceu de forma contínua, até 2008. A crise iniciada com a queda dos mercados financeiros internacionais e continuada com o ajustamento das finanças públicas portuguesas colocou um travão e retrocesso ao crescimento do emprego cuja retoma só começa a acontecer a partir de 2013.

Com efeito, o emprego que entre 1985 e 1992 se manteve à volta dos 90.000 lugares, inicia uma tendência crescente, ultrapassando a barreira dos

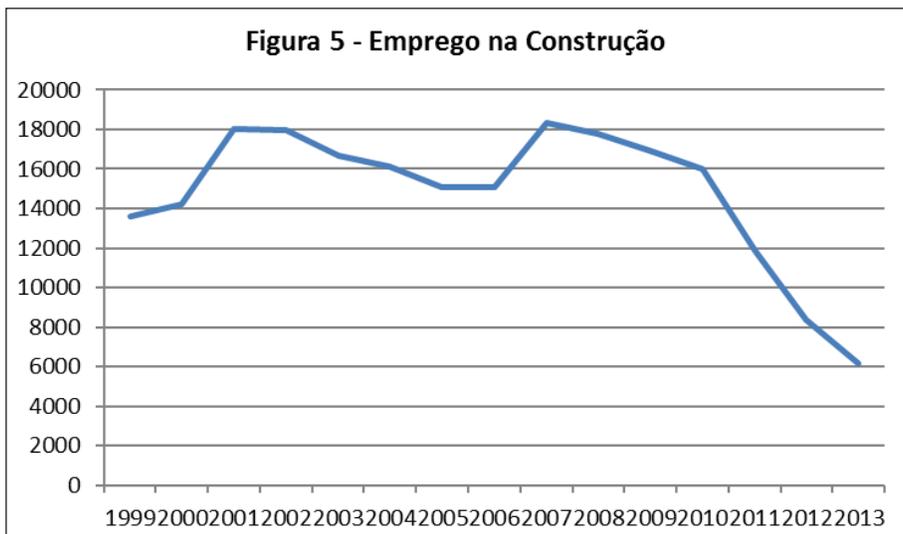
100.000 em 2002 e atingindo um pico de cerca de 112.500, em 2008, movido, em grande parte, por um programa intenso de obras públicas e por um mercado fulgurante de habitação, para além da construção de diversos hotéis. A partir de 2009, assiste-se a uma quebra acentuada do emprego, em grande medida pela redução da atividade da construção civil que, em poucos anos, cai de cerca de 18.000 para 6.000 trabalhadores. Em 2013, o número de pessoas empregues volta a cair para números inferiores a cem mil (valores do início do século XXI, voltando a recuperar a partir de 2014. Em 2015, já se registavam cerca de 108.000 trabalhadores ativos).



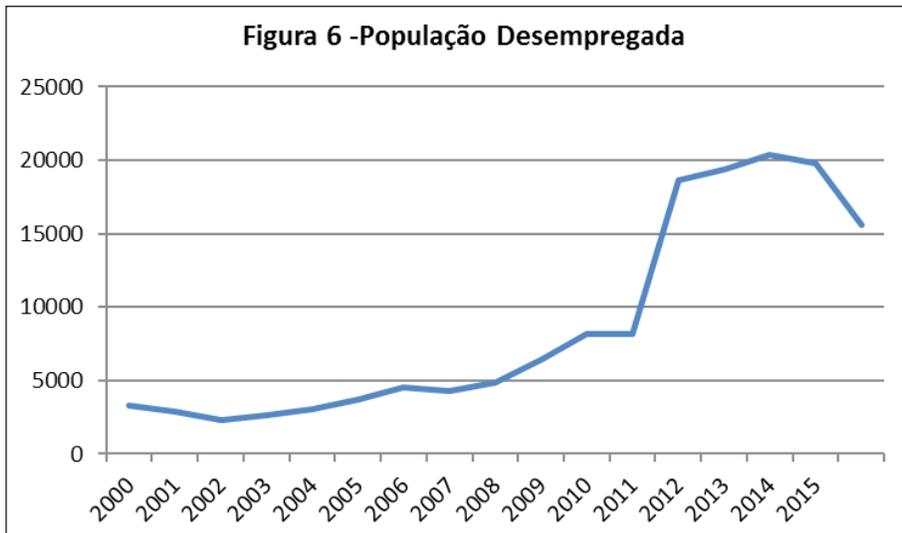
Uma outra forma de olhar para os números do emprego e a sua implicação económica é repartindo o emprego entre os sectores transacionáveis e não transacionáveis. É possível construir duas séries que repartem o emprego entre os setores que competem com o exterior (transacionáveis) e os setores que se dirigem essencialmente à procura interna (não transacionáveis) (ver Gomes, 2014). O resultado é retratado na figura 4. Nota-se um crescimento sistemático e acentuado das atividades não transacionáveis, com paragem apenas em 2009, e uma tendência decrescente das atividades transacionáveis.



Estamos perante um cenário que só é possível numa economia onde as rendas externas ou extraordinárias permitem a manutenção de uma economia mais virada para o seu consumo interno do que para a exportação.



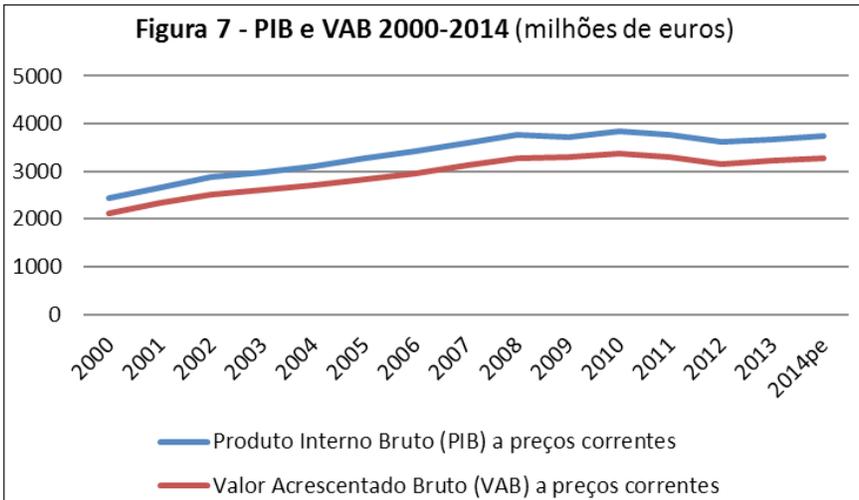
A construção civil, considerada uma atividade não transacionável, constituiu o principal veículo para o crescimento do emprego, numa primeira fase, e para o seu declínio numa segunda. O emprego neste sector sobe mais de quatro mil ativos ao longo da primeira década do século XXI, apenas para cair abruptamente para valores da década de 80 do século passado, tão grande foi o excesso de obras programadas e tão forte a retração que se sucedeu, num exemplo claro de mau planeamento.



A população desempregada retrata bem a crise que se desenrolou a partir de 2010, com o desemprego a suplantiar os 20.000 indivíduos, em 2013. Recorde-se que o contributo direto da construção civil para este valor rondaria os 12.000. Em 2015 dá-se uma consolidação da inversão de tendência de decréscimo mantendo, no entanto, um nível de mais de 15.000 desempregados (14,4%).

2.3. EVOLUÇÃO DO PIB

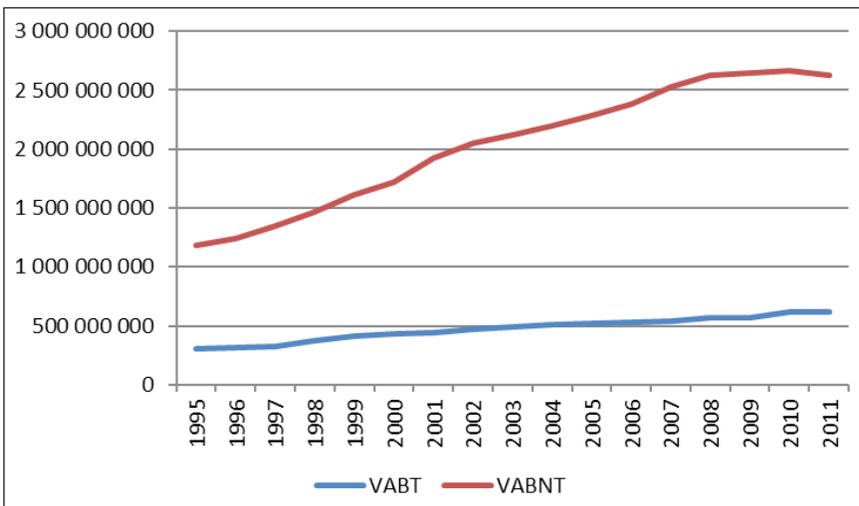
O PIB, variável muito próxima do VAB, é a variável mais utilizada para medir o crescimento da economia. O PIB *per capita*, por seu turno é um indicador da riqueza gerada por pessoa, enquanto o PIB por emprego nos dá um



indicador da produtividade por trabalhador. A figura seguinte dá-nos a evolução destes indicadores desde 1995, conforme Gomes (2014).

Repartindo o VAB entre transacionáveis e não transacionáveis obtém-se o gráfico seguinte que, à semelhança do emprego, espelha a forma acentuada

Figura 8 – VAB transacionável e VAB não transacionável (euros)



como cresceram as atividades não transacionáveis em contraste com as transacionáveis.

Olhando para as séries, em valores correntes, regista-se uma tendência de crescimento ao longo dos últimos 20 anos, com abrandamento e inversão pontual, a partir de 2008, quando se iniciou a crise financeira.

A tendência de crescimento das variáveis económicas, em valores correntes, no entanto, é comum na generalidade dos países. Por esta razão recorre-se, para efeitos comparativos, a indicadores relativos, por vezes corrigidos em paridades de poder de compra, para ajustar os dados a custos de vida diferenciados de país para país ou de região para região. São estes indicadores os utilizados para comparar o posicionamento relativo dos países e das regiões, inclusive na União Europeia. Com efeito o PIB *per capita* em paridades de poder compra é utilizado, por referência a 75% da média europeia, para determinar que regiões são elegíveis para receber ajudas europeias.

A tabela seguinte apresenta os valores calculados por referência à média europeia, entre 2000 e 2014. Dos dados constata-se estagnação nacional de

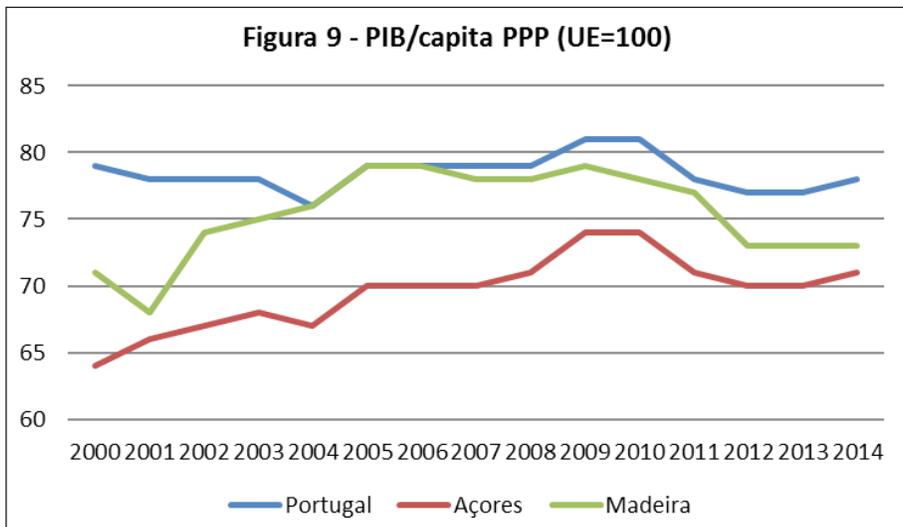
TABELA 1 – PERCENTAGEM DO PIB/CAPITA PPP (EUROPA=100)

| Ano | Portugal | Açores | Madeira |
|------------|-----------------|---------------|----------------|
| 2000 | 79 | 64 | 71 |
| 2001 | 78 | 66 | 68 |
| 2002 | 78 | 67 | 74 |
| 2003 | 78 | 68 | 75 |
| 2004 | 76 | 67 | 76 |
| 2005 | 79 | 70 | 79 |
| 2006 | 79 | 70 | 79 |
| 2007 | 79 | 70 | 78 |
| 2008 | 79 | 71 | 78 |
| 2009 | 81 | 74 | 79 |
| 2010 | 81 | 74 | 78 |
| 2011 | 78 | 71 | 77 |
| 2012 | 77 | 70 | 73 |
| 2013 | 77 | 70 | 73 |
| 2014 | 78 | 71 | 73 |

Portugal que não conseguiu mais do que acompanhar a evolução europeia, sem convergir. A Madeira que em 2000 já tinha atingido os níveis que os Açores só atingem em 2008 assiste, tal como os Açores e o país, a uma regressão face à Europa, a partir de 2009/2010. De entre as três delimitações geográficas e políticas, é a dos Açores a que mais converge no período em análise.

O gráfico seguinte ajuda a retratar esta evolução e o posicionamento relativo de cada uma das regiões consideradas, ilustrando a análise feita.

Destes valores pode constatar-se que os Açores passam de cerca de 85% do PIB/capita nacional, em 2000, para 91%. A Madeira passa de 90% para 94%, no mesmo período.



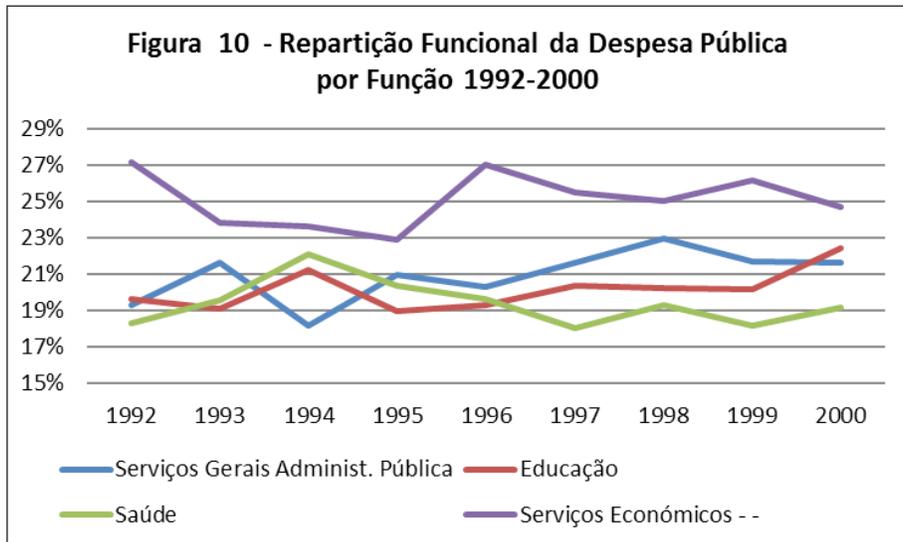
3. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA PÚBLICA DOS AÇORES

Sendo o orçamento público uma componente importante da composição da procura agregada de qualquer economia importa analisar a forma como evolui para se perceber o percurso que se trilhou e as tendências para o futuro.

Analisar a evolução e repartição da despesa pública nos primórdios da nova era autonómica dos Açores é, naturalmente, seguir o percurso de instalação da administração regional nos Açores. Os primeiros anos evidenciam características próprias de uma administração à procura das suas fontes de

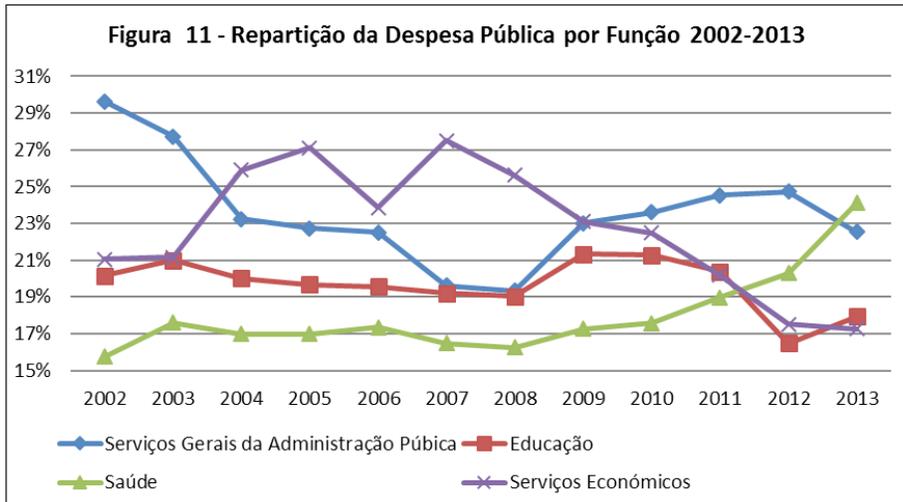
receita e a braços com deficiências estruturais muito consideráveis. Para uma visão desta evolução inicial veja-se Fortuna (2005) e Fortuna (2008).

Para o período 1992-2000, a figura seguinte ilustra o peso de algumas das principais funções na despesa pública. Nesta fase mais recuada nota-se um predomínio das funções económicas que absorvem, claramente, uma fatia substancialmente superior de recursos quando comparadas com a administração pública, com a saúde ou com a educação. Esta é a evidência de um esforço inicial relativamente intenso na qualificação das áreas económicas onde se incluem as infra-estruturas dos transportes.



Para um período mais recente, assiste-se a uma acentuada perda de importância relativa das áreas económicas e um crescimento acentuado do peso das funções da saúde e da administração pública.

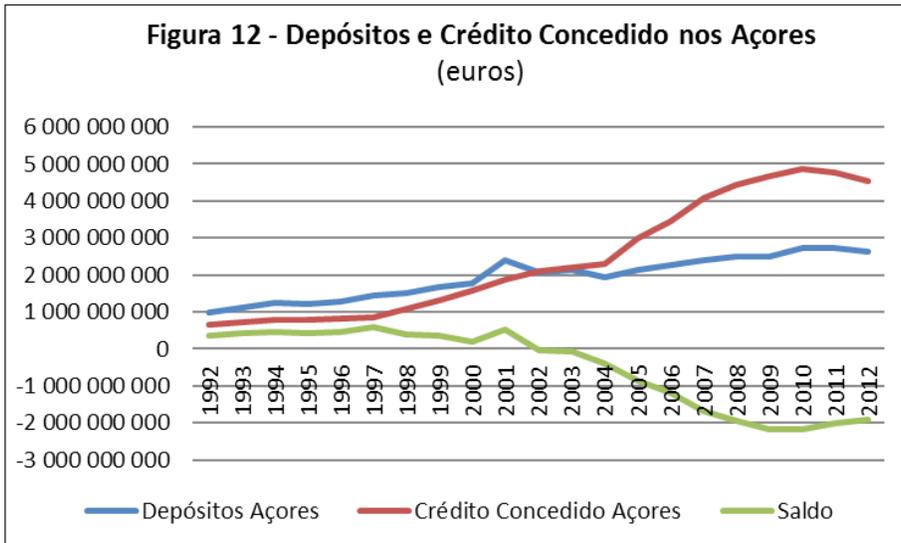
Esta evolução pode ser sintomática do aprofundamento da tendência de valorização dos sectores não transaccionáveis sobre os transaccionáveis.



4. O FINANCIAMENTO DA ECONOMIA DOS AÇORES

Um aspeto muito importante para a compreensão da evolução da economia dos Açores, durante o período autonómico em análise, é a identificação das fontes de financiamento dos diversos agentes – famílias, empresas e Região. Para desenvolver as suas atividades, as famílias recorrem ao rendimento disponível do seu trabalho e a crédito que, de um modo geral, obtêm em instituições financeiras com intervenção regional. As empresas privadas, de um modo geral recorrem também a fontes de financiamento internas para complementar as suas fontes de financiamento próprias. As empresas públicas, particularmente as de maior dimensão recorrem a crédito externo, para além do que asseguram internamente. A Região, por seu turno, tem como recursos o resultado da cobrança de impostos e taxas diversas, as transferências do OE, da União Europeia e de outras fontes, assim como o recurso a financiamentos internos e externos.

A base interna para a concessão de crédito são os depósitos feitos no sistema bancário regional. Necessidades de financiamento que excedam estes depósitos são satisfeitas com o recurso a poupança externa. O gráfico seguinte evidencia a evolução da poupança e do recurso a crédito nos Açores, entre 1992 e 2012.

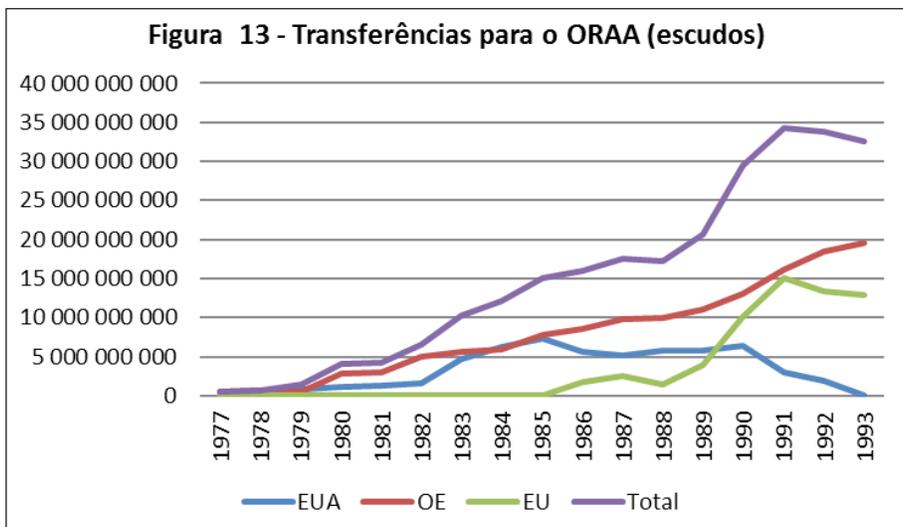


Entre 1992 e 2002, a poupança depositada nos Açores excedia o crédito concedido. Este saldo de poupança positivo, que foi atrativo para muitas instituições financeiras que procuravam liquidez, foi invertido a partir de 2002, movido, em parte, por uma tendência nacional e de vários países que, confrontados com taxas de juro mais baixas encetaram por percursos de endividamento crescentes por parte de todos os agentes económicos – famílias, empresas privadas e setor público. De uma economia aforradora os Açores passaram, rapidamente para uma postura mais despesista.

Em 2011, dos quase cinco mil milhões de euros de crédito concedido nos Açores, três mil milhões, mais de metade, foi para o financiamento de investimentos em habitação, sendo, do remanescente, menos de mil milhões afetos ao setor empresarial privado e mais de mil milhões ao setor empresarial público e ao setor público em geral. O setor público recorria adicionalmente a mais de mil milhões de euros de crédito externo, para perfazer um valor de cerca de seis mil milhões de euros de crédito total obtido, para uma poupança equivalente a metade deste valor (ver Gomes, 2014). O investimento em habitação passou a consumir toda a poupança interna sendo necessário recorrer a poupança externa para o demais financiamento de empresas e do setor público.

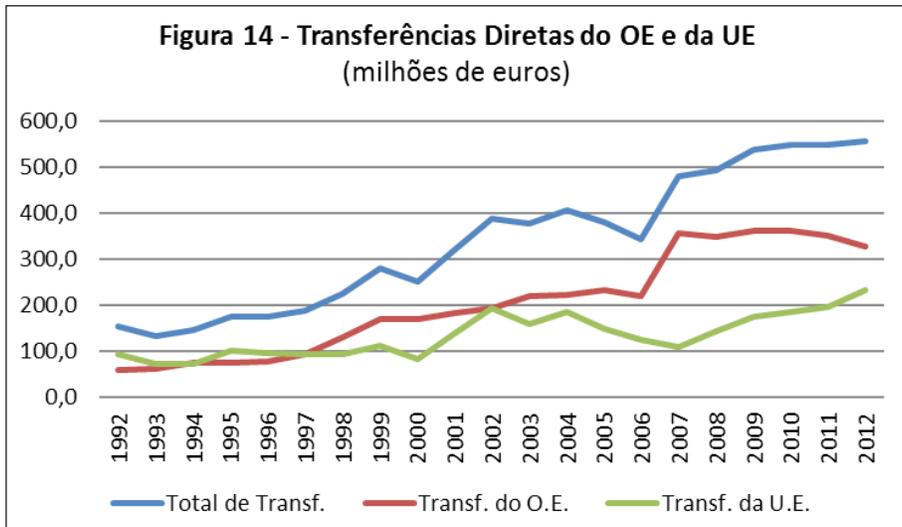
Outras variáveis importantes para analisar, neste capítulo, são as transferências do OE e da EU. Com efeito, desde o início do novo período autonómico, a Região, para além das suas receitas próprias, beneficiou sempre de transferências do OE. Entre 1979 e 1992 beneficiou, ainda, de transferências significativas dos EUA, ao abrigo do acordo da Base das Lajes. Desde 1985 beneficia das transferências da EU.

Estas transferências tornaram-se uma fonte indispensável de financiamento dos planos de investimento dos orçamentos regionais, por vezes cobrindo também despesas correntes. No período inicial os vinte milhões de dólares advindos da base das Lajes já constituíam uma parcela importante do ORAA, com valores influenciados pela desvalorização do escudo. A renegociação do acordo em 1983 permitiu elevar consideravelmente a transferência, para cinquenta milhões de dólares. Em 1984 e 1985 as transferências da base suplantavam o contributo do OE. Entre 1979 e 1992, as transferências do OE representaram, em média, 23,4% enquanto as transferências da Base das Lajes representaram 13,4%. Neste período inicial, as transferências representaram, em média, 41% do orçamento.



Num período mais recente, 1992 a 2012, continua a registar-se uma tendência crescente das transferências quer do OE quer da União Europeia, con-

forme o gráfico seguinte. Estes valores são uma subestimativa da totalidade das transferências uma vez que não incluem as transferências que passam pelo ORAA com destinatários prédefinidos (autarquias e recipientes diretos de fundos europeus). Não consideram, igualmente, a componente implícita de transferências nos períodos em que o IVA era atribuído com base na capitação nacional. Fica ainda de fora a assunção, pelo Estado, da dívida regional, aquando da aprovação da primeira Lei de Finanças das Regiões Autónomas (110 milhões de contos em 1999 e mais 20 milhões em 2001), equivalente a cerca de 650 milhões de euros.



O acréscimo de transferências do OE em 2007 deveu-se a uma alteração da LFRA que determinou que o IVA arrecadado seria o efetivamente cobrado nos Açores, tendo sido feita a compensação com mais transferências.

Entre 1985, a data das primeiras ajudas de pré-adesão, até 2014, as transferências deverão ter atingido, em média, cerca de 41% do orçamento, sem considerar os efeitos dos apoios implícitos no IVA calculadas e da operação de assunção de dívida pelo Estado, conforme já referida.

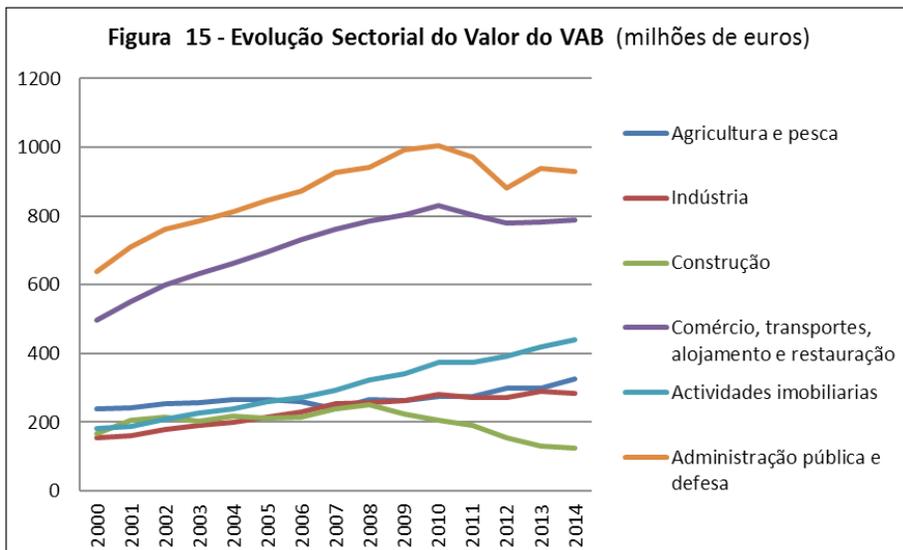
Os Açores são, pelo exposto, quarenta anos depois da autonomia, uma economia, em larga medida, dependente, quer de crédito baseado em poupança externa quer de transferências diversas que se aproximam de metade do orçamento anual, líquido de operações de financiamento.

5. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE

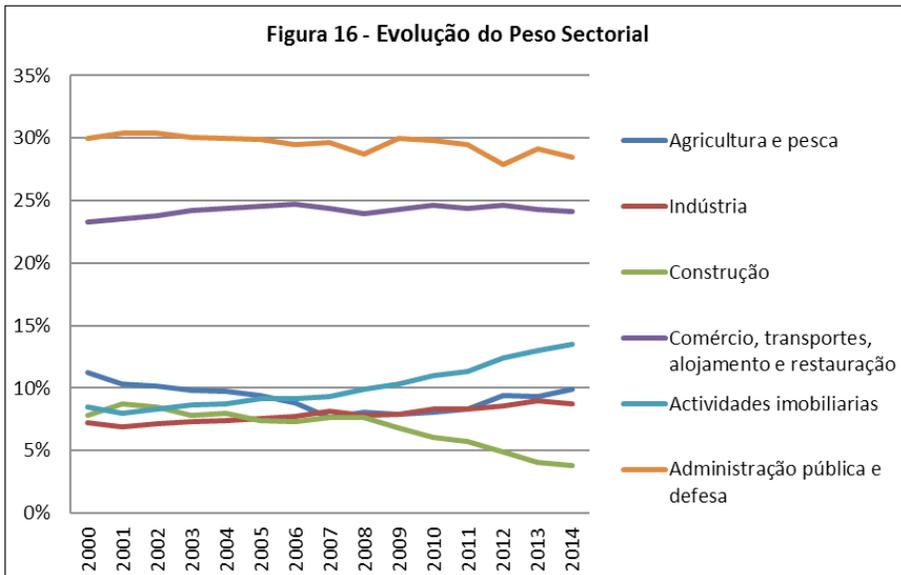
A consequência natural das políticas económicas é a evolução dos valores absolutos e da estrutura da economia. As figuras seguintes retratam esta evolução.

A evolução do VAB, desde 2000 e até 2008, foi positiva para as principais atividades representadas na figura seguinte. A crise, iniciada em 2008, determinou algum abrandamento na administração pública e no comércio e uma forte quebra na construção civil. As atividades imobiliárias, curiosamente, evidenciaram uma tendência permanente de crescimento do VAB, ultrapassando setores importantes como a indústria e a própria agricultura e pescas. Esta é mais uma evidência da natureza não transacionável das principais atividades desenvolvidas nos Açores. O setor da agricultura e pescas, tendo mantido uma tendência de crescimento no período em análise, não evidenciou uma evolução tão forte quanto a dos demais setores, com exceção da construção civil. A dinâmica de crescimento da administração pública e dos serviços do comércio foi uma característica marcante deste período.

Analisando o peso relativo de cada uma destas atividades, reforça-se a tese do crescimento das atividades imobiliárias e o afundamento absoluto e rela-



tivo das atividades de construção civil. É evidente a resistência da agricultura e pescas no período de crise, assim como alguma retração do setor público. Embora as atividades transacionáveis da agricultura e da indústria tivessem um desempenho positivo no período de crise, não deixa de ser evidente o predomínio das atividades não transacionáveis, que marcam, indelevelmente a evolução da economia dos Açores nas últimas quatro décadas.



6. REFLEXÕES FINAIS

Identificadas as principais linhas de força de transformação da economia dos Açores desde a instauração do regime autonómico, em 1976, deve concluir-se que foram feitos muitos avanços que transfiguraram a face da região e aproximaram os seus níveis de desenvolvimento da média nacional com progressos também significativos relativamente à média da União Europeia, particularmente na sua composição agora mais alargada.

Embora o tema mereça estudo específico aprofundado, não nos parece que se possa dissociar os avanços económicos obtidos da instauração do modelo autonómico de governação. Os ganhos conseguidos pelas duas regiões autó-

nomas, maiores no caso da Madeira numa fase inicial e maiores para os Açores este século, acima dos obtidos em outras regiões do país, pode constituir evidência que suporta esta conclusão. Para um juízo da eficácia desta convergência teria de se analisar o esforço relativo de investimento colocado em cada região – tema também interessante para aprofundamento do nosso conhecimento sobre o processo de convergência. Importa referir que a convergência com a Europa atingiu um ponto alto em 2010/2011, sofrendo algum revés daí até 2014. A convergência com o resto do país não se alterou durante o período de crise pós 2011.

Feita a avaliação global importa identificar mais alguns detalhes, quer dos que proporcionaram a convergência quer das fragilidades que a situação atual evidencia.

A transformação da economia dos Açores nas últimas décadas fez-se com uma concentração cada vez maior em setores não transacionáveis onde ganham expressão, por exemplo, as atividades imobiliárias e a construção civil, para além dos serviços públicos, a educação e a saúde e onde não logram ganhar peso os setores transacionáveis, suscetíveis de alargarem os mercados onde a economia possa expandir-se e criar mais riqueza.

Dos setores que maior peso relativo ganham realçam-se os associados ao comércio e turismo, como sejam a restauração e hotelaria e os transportes.

Para além da evolução do PIB, com a respetiva desagregação setorial, a evolução do emprego evidencia alterações ainda mais profundas. A terciarização da economia dos Açores é a tendência mais evidente. Acresce, no entanto, o fenómeno específico do setor da construção civil e da indústria que lhe está associada que, na ressaca do início do século acabam por recuar, no final da primeira década, para níveis de emprego de 1985.

No turismo, o setor que mais havia crescido, o emprego e as receitas recuaram, ao fim de pouco mais de uma década, para níveis do início do século. Apenas a partir de 2015 se pode vislumbrar uma alteração significativa desta situação, após a alteração do modelo de transporte aéreo que há muito vigorava nos Açores e já tinha sido diagnosticado como desadequado.

O setor primário manteve-se estável na geração de valor mas, em tendência, veio a perder ativos, fruto de um processo virtuoso de modernização. O seu peso direto decresceu em face de um setor terciário que cresce, alimentado, essencialmente, por fontes externas.

O comércio, que crescera de forma acentuada até à crise, também evidenciava fortes quebras no emprego e na geração de valor durante a crise iniciada em 2008, embora se tenha assumido como uma área cada vez mais importante da economia dos Açores.

Os únicos setores que evidenciam algum crescimento sistemático do emprego foram a administração pública, a saúde e a educação.

Tendo a economia dos Açores crescido, sobretudo, em setores não transacionáveis, chega ao quadragésimo aniversário da era autonómica numa situação de difícil recuperação face à inevitável quebra da procura interna e com argumentos mais escassos do que o desejável nos setores transacionáveis.

Os Açores necessitam de uma viragem estratégica muito acentuada no sentido de se privilegiar as atividades transacionáveis em detrimento das não transacionáveis.

O setor do turismo será, neste sentido, o mais privilegiado para encetar uma recuperação mais rápida da economia dos Açores, considerando as condições naturais e construídas já existente. A construção civil e as atividades imobiliárias não deverão tão cedo recuperar o papel que desempenharam no passado e o desenvolvimento de novas áreas de atividade exportadora deverá ocorrer de forma lenta.

A configuração dos recursos dos quadros comunitários de apoio terão, sempre, um efeito fundamental, se utilizados efetivamente para potenciar a produção. Outras abordagens tenderão a acentuar o peso das atividades não transacionáveis e a comprometer o potencial de crescimento endógeno no futuro.

Com uma economia extremamente alavancada em poupança externa passamos de uma sociedade de aforro para uma economia de crédito com a importação de avultados recursos, que têm de ser reembolsados, valendo a volumosa entrada de transferências.

Podem fazer-se outros balanços importantes deste percurso autonómico. Os Açores traçaram o seu rumo nas principais opções como: a manutenção na unidade nacional; a adesão à EU; a política social e; a política económica.

Os Açores talharam a sua política e a sua economia seguindo as suas opções nas políticas para a agricultura, para as pescas, para o turismo, para os transportes, para as infraestruturas, etc.

Sendo o balanço económico positivo, pode dizer-se que foi feita à imagem dos Açores, com as opções que os açorianos validaram.

Fica apenas uma questão: E este desenvolvimento é sustentável? A resposta é sim! Será se se mantiver o modelo solidário nacional e europeu que permite financiar quase 50% do orçamento com transferências externas.

Sem elas não será sustentável a este nível de desenvolvimento mas será certamente a outro bem inferior a este.

Criaram-se, nestes quarenta anos de autonomia, importantes teias de dependência que marcam indelevelmente a nossa atualidade.

REFERÊNCIAS

FORTUNA, Mário. 2005. “A Política Económica Europeia e Portuguesa para o futuro das regiões Ultraperiféricas Atlânticas”, em *Portugal e o Atlântico – 60 anos de acordos dos Açores*. Luís Rodrigues, Iva Delgado e David Castano, editores. Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa - ISCTE. Lisboa. Páginas 329-349.

FORTUNA, Mário. 2008. “A Economia – do predomínio da pecuária ao fomento do turismo”, em *História dos Açores – Do descobrimento ao século XX*, Vol. II. Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo. Páginas 551-579.

GOMES, Vilson. 2014. *O Financiamento da Economia dos Açores*. Dissertação de Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais. Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

TAVEIRA, Tomás. 1976. *Análise Regional – Análise física, análise económica*. Angra do Heroísmo, Governo Regional dos Açores, Departamento Regional de Estudos e Planeamento. 1.ª Edição.